

O HANDBOOK E A REPRESENTAÇÃO DO OUTRO

THE HANDBOOK AND THE REPRESENTATION OF THE OTHER

Rogério Sávio Link*

RESUMO

O presente artigo visa fazer uma avaliação das representações que o *Handbook of South American Indians* delinea sobre o povo indígena Apurinã em seus “seis volumes” elaborados na primeira metade do século XX e início da segunda metade. O *Handbook* foi idealizado num contexto de afirmação imperialista no qual os Estados Unidos tomaram para si uma área que fora tradicionalmente domínio europeu. A suspeita metodológica com que lidamos é que, no trabalho das representações, ao descrever o outro, em contraste, representamos a nós mesmos. Assim, o *Handbook* está carregado de intenções e contradições da sociedade norte-americana que delinham um lugar para o povo Apurinã, um lugar para a sociedade norte-americana e, porque não dizer, um lugar para a América do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Apurinã; História Indígena; *Handbook*; Representação.

ABSTRACT

This article is related to the area of ethnohistory. It intends to evaluate the Handbook of South American Indians's representations about the indigenous people Apurinã in its six volumes produced in the first half of the twentieth century and the turn of the second half. The *Handbook* was designed in the context of imperialist statement in which the United States have taken to themselves an area that traditionally was European domain. The methodological suspicion is that when we describe others, we, in contrast, represent ourselves. So, the Handbook is filled with intentions and contradictions of North American society that delineate a place for Apurinã people, a place for North American society and a place to South America as well.

KEYWORDS: Apurinã; Ethnohistory ; Handbook ; Representation.

Introdução

Meu objeto de estudo é a história do povo Apurinã¹. Esse povo faz parte da família linguística Aruak e tem habitado, desde tempos imemoriais, o Rio Purus e seus afluentes na região sul da Amazônia brasileira. Segundo o censo de 2010, de 7.000 a 8.000 pessoas se

* Doutor em Teologia e História pela Faculdades EST e doutorando em História pela UFRGS. Pós-doutor em História Indígena pela UFGD. Esta pesquisa foi realizada com fomento da CAPES. Filiação institucional: UFRGS – Pesquisador; FISUL – Professor. Livro publicado: 1) *Luteranos em Rondônia: O processo migratório e o acompanhamento da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (1967-1987)*. São Leopoldo: Sinodal, 2004; 2) *Especialistas na Migração: Luteranos na Amazônia (1967-1997)*. São Leopoldo: Karywa, 2015.

¹ Os Apurinã – autodenominação *Pupÿkary* – auto organizam-se em dois troncos patrilineares, *Xuapuriniry* e *Miutimanety*. Os Apurinã também se subdividem em grupos familiares designados por um animal: *Iumpiryakury* (família do japó), *Upitaakury* (família do tambuatá de cabeça chata), *Hãkytywakury* (família da onça), *Exuwakury* (família do tamanduá bandeira), *Ximakury* (família do peixe), *Kyryakury* (família do rato), *Kamynryakury* (família da arara), *Kairywakury* (família do mambira, tamanduá-colete), *Kemaakury* (família da anta), *Sutyakury* (família do veado roxo), *kureruakury* (grupo do papagaio). Devido ao intenso contato com não indígenas, a nomeação dos grupos familiares por um animal já não é uma prática comum. Essas informações foram obtidas de Jaime Manuel da Silva, na língua apurinã *Makapukunety*; e também da tese de Juliana Schiel (2004).

declaram pertencentes a este grupo indígena. Além das áreas habitadas pelo povo na região do Rio Purus, existem terras demarcadas para os Apurinã no Rio Solimões e no Rio Madeira. No Acre, eles não contam com terra demarcada, mas, em Rio Branco, residem em torno de 600 Apurinã. No estado de Rondônia, o número gira em torno de 60. Não sei quantas pessoas residiriam em Manaus ou em outras cidades, mas dado que Manaus é um poderoso centro atrativo para os povos do Purus, esse número deve ser mais elevado do que o de Rio Branco.

Neste artigo, pretendo fazer uma avaliação das representações que o *Handbook of South American Indians* delinea sobre o povo Apurinã no final da primeira metade do século XX. Ao analisar as informações contidas no Handbook, minha intenção é contextualizar os discursos e tomá-los como discursos construtores de realidade (FOUCAULT, 2008, p. 55); não como fonte factual direta, embora as informações presentes – se elas existirem enquanto fontes diretas – possam ser tomadas para observar a história apurinã na longa duração. Assim, neste artigo, considero ser mais importante refletir sobre o contexto no qual se produzem as representações do que sobre as representações propriamente ditas. Isso porque, ao delinear um lugar na estrutura social para o Outro, a sociedade determina, em contraste, um lugar para si mesma.

Portanto, as páginas do *Handbook* podem ser tomadas como fontes para entender o momento histórico no qual os EUA se posicionavam como potência mundial. Era preciso assumir para si um campo que tradicionalmente fora dominada pela Antropologia europeia. Dessa forma, observamos que a Antropologia enquanto ciência a serviço de uma sociedade não é neutra no jogo das representações – e a História muito menos. Ao representar o Outro, ela representa-se a si mesma e possibilita um saber técnico sobre o outro, o qual pode servir para subjugá-lo.

Como observa Stuart Hall (2010, p. 419-445), a construção do outro ou da diferença sempre implica na construção de si mesmo. Ao estereotipar o Outro, em oposições binárias, construímos a nós mesmos como tipos ideais. Essas representações, portanto, são elaborações ideológicas que podem ocultar mais do que revelar (SONTAG, 2005, p. 36, 42). Ou seja, são carregadas de intenções que, no contexto do imperialismo norte-americano, constroem um lugar para o povo Apurinã, um lugar para a sociedade norte-americana e, porque não dizer, um lugar para a América do Sul. Por isso, seguimos Edward Said (1996, p. 25, 56) quando afirma que devemos pensar as histórias particulares interligadas com o contexto maior. Não se pode fazer uma história do povo Apurinã separada do contexto imperialista. A experiência de ser colonizado não acabou quando a ocupação territorial deixou de ser o foco. É sobre essa

premissa que Said (2003[1978]) vai cunhar o termo “orientalismo” em 1978, ou seja, como o discurso elaborado pelo mundo ocidental para descrever o Oriente. Depois do período iluminista, através desse discurso, a Europa – no século XX também os Estados Unidos – instrumentou-se para poder controlar o Oriente política, sociológica, militar, ideológica, científica e também imaginativamente.

Quanto à estrutura deste artigo, na primeira parte, apresento os objetivos que o editor do Handbook e seus patrocinadores almejavam com a edição de uma coletânea sobre os povos da América do Sul. Com que objetivo os etnólogos/antropólogos buscaram compreender e descrever os povos indígenas? Com que intenção eles representaram esses povos? Na segunda parte, passo a analisar as representações que estão em disputa no contexto de elaboração do *Handbook* e as descrições acerca do povo e da cultura apurinã que são elaboradas e sustentadas pelos autores; ou seja, é o trabalho de representação construído em meio a disputas pessoais, nacionais e internacionais.

O Handbook e seus objetivos representativos

O Handbook está dividido em sete volumes, sendo o último um índice remissivo completo (28/5/1957). Os primeiros quatro volumes são mais descritivos e estão subdivididos em áreas culturais (*figura 1*). O primeiro, *The Marginal Tribes* (1/4/1944), traz dados arqueológicos e etnológicos dos caçadores e coletores primitivos desde a Patagônia até o Nordeste brasileiro, ou seja, toda a parte Oriental do Brasil, o Gran Chaco, os Pampas, a Patagônia, o Sul do Chile, e a Terra do Fogo, abrangendo, assim, os territórios da Argentina, Paraguai, Uruguai e partes do Brasil. O segundo, *The Andean Civilizations* (1/6/1944), trata da “alta cultura” dos assim chamados povos agricultores do altiplano andino e da costa do pacífico, desde a Colômbia até o Chile central. O terceiro, *The Tropical Forest Tribes* (1/6/1944), aborda tanto os horticultores quanto os caçadores e coletores das selvas tropicais, das savanas (serrados) e das áreas subtropicais da Bacia Amazônica, do Mato Grosso, do Paraguai e da costa brasileira. O terceiro volume, portanto, é o que privilegia os dados acerca do povo Apurinã, uma vez que ele está localizado no centro da área geográfica delimitada pelo Handbook. O quarto volume, *The Circum-Caribbean Tribes* (1/6/1945), trabalha com a América Central, as terras baixas da Colômbia e da Venezuela e com as Antilhas.

O quinto, *The Comparative Anthropology of South American Indians* (1/3/1947), contém questões da geografia, das línguas, da antropologia física, da população e vários

aspectos de cultura tratados distributiva e comparativamente (*Handbook*, vol. 2, p. XXV). O sexto, *Physical Antropology, Linguistics and Cultural Geography of South American Indians* (15/6/1948), assim como também o quinto, é mais teórico e comparativo do que os primeiros quatro volumes descritivos e foi inicialmente pensado como parte do quinto volume. O editor do *Handbook* Julian HANDBOOK. Steward afirma no prefácio do quinto volume:

Os primeiros quatro volumes do Handbook descrevem a pré-história e a história das culturais indígenas através das tribos e das áreas culturais. Os últimos dois volumes são essencialmente tópicos, comparativos e distributivos, e cada artigo lida com toda a América do Sul. (Handbook, vol. 5, p. XXI)²

A idealização de uma coletânea de cunho etnológico sobre os povos indígenas da América do Sul foi pensada em 1932 quando o Conselho Nacional de Pesquisa (National Research Council) dos Estados Unidos estabeleceu um comitê responsável pela sua realização. O trabalho de preparar a coletânea iniciou em 1940 pelo *Smithsonian Institution* através de seu Departamento de Etnologia Americana (*Bureau of American Ethnology*) e teve financiamento de órgãos governamentais dos Estados Unidos. Nem mesmo a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) impediu sua realização. Os três primeiros volumes saíram ainda em 1944, um ano antes do tempo previsto. Os demais ficaram prontos no ano seguinte, mas somente o quarto ainda foi publicado naquele ano. O quinto volume foi publicado em 1947 e o sexto somente em 1948 (Handbook, vol. 1, p. 1s).

² “The first four volumes of the Handbook described the historic and prehistoric Indian cultures by tribes and culture areas. The last two volumes are essentially topical, comparative, and distributional, and each article deals with all of South America.”



Legenda – Preto sólido: Andes Central; linhas horizontais: Círculo Caribenho; linhas cruzadas: Floresta Tropical e Sul dos Andes; linhas diagonais: Semi Marginal; pontilhado: Marginal.
 Figura 1: Distribuição cultural (Handbook, vol. 5, p. 670).

Priscila Faulhaber (2012) analisou em um artigo o contexto da publicação do terceiro volume e constatou as estreitas relações que se constituíram entre a ciência antropológica e os interesses político-econômicos dos Estados Unidos ligados, sobretudo, à Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, a Amazônia foi vista como uma área estratégica. Especialmente porque a borracha Amazônica estava sendo requisitada para os esforços de guerra³. O *Handbook*, de uma forma geral, é a cristalização, na área da Antropologia, da projeção

³ Lembro aqui que o Rio Purus e seus afluentes constituíam, nesse período, a principal área produtora de borracha. Ou seja, em pleno território Apurinã.

estadunidense como uma potência mundial. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) projetou os Estados Unidos como uma das principais potências mundiais e favoreceu as condições para o imperialismo norte-americano. No entanto, era necessário firmar posição no processo de representar o outro, aquele que seria subjugado; uma tarefa até então de domínio exclusivo dos países europeus. Em 1932, essa projeção foi acordada; o que indica que já estava sendo pensada algum tempo antes. No entanto, de fato, o *Handbook* tornou-se materializável somente na Segunda Guerra, quando esta requereu por parte dos europeus toda a atenção para o esforço de guerra e criou um hiato no trabalho de representação do Outro. Assim, os Estados Unidos aproveitaram a oportunidade e financiaram a projeção da Antropologia norte-americana sobre o vácuo deixado pelos europeus durante a guerra.

Dessa forma, influenciou na decisão da publicação o fato de os Estados Unidos quererem demarcar presença nos países da América do Sul, tido como seu “quintal natural”. Era preciso conhecer e atrair os olhares dos pesquisadores para esse novo centro de cultura e ciência que despontava como potência mundial em meio e depois da guerra. O editor Steward, ao redigir a introdução geral do *Handbook* que se encontra no primeiro volume, não deixou de registrar o significado desse novo momento. Politicamente ele lamenta que “(...) a guerra tenha tornado impossível aproveitar [*to take advantage*] o conhecimento de muitos colegas europeus que têm anos de pesquisa na América do Sul” (*Handbook*, vol. 1, p. 5)⁴. No entanto, como quem sabe que a hora é de oportunidade para os estadunidenses, continua:

Ao mesmo tempo, a própria necessidade de encontrar pessoal das Américas para escrever todos os artigos fez o trabalho tanto verdadeiramente pan-americano em execução quanto em área espacial. O interesse despertado em problemas comuns, bem como os contatos criados entre cientistas prenuncia uma nova era de pesquisa, a maior parte necessariamente cooperativa, voltada para os problemas humanos fundamentais das Américas. A apropriação da colaboração inter-americana sobre esses problemas dificilmente pode ser questionada. (*Handbook*, vol. 1, p. 5)⁵

⁴ “(...) that the war has made it impossible to take advantage of the knowledge of our many European colleagues who have spent years in South American research”.

⁵ “At the same time, the very necessity of finding personnel from the Americas to write all the articles has made the work as truly pan-American in execution as in scope. The awakened interest in mutual problems as well as the contacts created between scientists foreshadows a new era of research, most of it necessarily cooperative, directed toward fundamental human problems of the Americas. The appropriateness of inter-American collaboration on these problems can hardly be questioned”.

O caráter distintivo das Américas em relação ao Velho Mundo também pode ser percebido nas palavras iniciais de Steward. Ele postula um sentido de internacionalismo no novo hemisfério americano nascido da interrelação entre os povos indígenas e os povos europeus e que não seriam nem um nem outro, mas uma nova e moderna sociedade, não mais inteiramente indígena e nem inteiramente européia. O estudo proposto pelo Handbook justificar-se-ia pelo conhecimento que proporcionaria sobre esse novo mundo.

Um senso de desenvolvimento de internacionalismo no hemisfério ocidental trouxe maior reconhecimento da importância das civilizações indígenas americanas e sua sobrevivência entre as milhões de pessoas do presente. Isso tem enfatizado simultaneamente a necessidade de uma compreensão mais completa de como essas civilizações se desenvolveram durante as eras pré-históricas e como, após a conquista, eles se misturaram com a cultura européia para produzir sociedades modernas que não são nem inteiramente indígenas nem inteiramente européias. (Handbook, vol. 1, p. 1)⁶

Além desse interesse político e econômico mais velado, o Handbook teve um objetivo mais geral e mais explícito em relação ao desenvolvimento do conhecimento acadêmico. Pretendia criar um padrão, ser um livro didático e um guia e abrir caminhos para novas pesquisas. Ou nas palavras do editor:

Fornecer um resumo conciso dos dados existentes que servirão como um trabalho de referência padrão para o estudioso, um livro didático para o aluno, e um guia para o leitor em geral. Ao mesmo tempo, ele pretende fazer um balanço do estado actual do conhecimento, revelando as suas deficiências e sugerindo problemas que vão estimular pesquisa futura no campo e na biblioteca. (Handbook, vol. 1, p. 2)⁷

Nos textos que tratam sobre os Apurinã, inexistem fontes empíricas (no campo). Os autores obtêm suas informações de segunda mão (na biblioteca), remetendo ao passado, especialmente aos primeiros registros dos primeiros anos. Julian Steward, nesse sentido, escreveu sem nunca ter ido a campo (FAULHABER, 2012, p. 106). Suas palavras em relação ao conteúdo pretendem demonstrar uma objetividade livre de interesses, a saber: “(...) os

⁶ “A developing sense of internationalism in the Western Hemisphere has brought increased recognition of the importance of the indigenous American civilizations and their survival among millions of present-day peoples. It has simultaneously emphasized the need for a more complete understanding of how these civilizations developed during prehistoric eras and how, after the Conquest, they blended with European culture to produce modern societies which are neither wholly Indian nor wholly European”.

⁷ “To provide a concise summary of existing data that will serve as a standard reference work for the scholar, a textbook for the student, and a guide to the general reader. At the same time, it is intended to take stock of the present state of knowledge, revealing its deficiencies and suggesting problems that will stimulate future research in both the field and library”.

artigos simplesmente orientam o leitor para os fatos relevantes e para a literatura (...)” (Handbook, vol. 1, p. 2)⁸. No entanto, fatos e literaturas escolhidas também são dotadas de intencionalidades. Além do mais, os escritores também estavam cientes dos problemas pós-contato (leia-se mestiçagem e perda de traços culturais). Os indígenas contemporâneos já não eram os mesmos que estavam sendo descritos; muitos grupos já eram considerados extintos e muitos povos não existiam enquanto tal na época da Conquista. Segundo o editor, os artigos revelariam muitas mudanças pós-contato; novos padrões econômicos, sociais e religiosos seguiram com a introdução de plantas, ferramentas de ferro, novas relações de comércio, do cristianismo e de muitos outros fatores que chegaram com a vinda dos europeus (Handbook, vol. 1, p. 2s). Era, inclusive, objetivo do terceiro volume apresentar os impactos decorrentes do contato. Ao invés disso, mostra como os índios viviam no passado, mas não como sua cultura, mitologia e modo de vida estavam desaparecendo devido à subordinação, acomodação ou adaptação. Assim, os impactos da sociedade capitalista são deixados de lado (FAULHABER, 2012, p. 96).

Além desses problemas, existem muitas contradições decorrentes da coleta de dados ao acaso ou movido por diferentes interesses, como no caso de missionários e viajantes. O editor se queixa de que, muitas vezes, esses relatos silenciam sobre as estruturas sociais, sobre os padrões religiosos, sobre a posse da terra e outros importantes aspectos das culturas nativas. “Até mesmo a grande maioria das mais recentes monografias antropológicas sobre as tribos da América do Sul são compostas na tradição dos séculos XVIII e XIX e objetivam colher fatos para sua própria causa em vez de fazer referências a problemas antropológicos” (Handbook, vol. 1, p. 2)⁹. Elas são pensadas a partir da necessidade de compor a paisagem geográfica e humana dos territórios das novas nações latino-americanas. No caso do Brasil, como lembra Kaori Kodama (2009), a nova disciplina etnografia nascia em meados do século XIX dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e era articulada com a intenção de salvaguardar a memória das nações indígenas que estariam fadadas ao desaparecimento para dar lugar à nação brasileira.

⁸ “(...) the articles simply orient the reader to the salient facts and to the literature (...)”.

⁹ “Even the great majority of the more recent anthropological monographs on South American tribes are composed in the 18th- and 19th-century traditions and aim to collect facts for their own sake rather than with reference to anthropological problems”.

As representações em disputa no *Handbook*

Como era de se esperar de uma obra produzida por várias mãos em âmbito continental, as diferentes filiações dos diferentes pesquisadores fizeram-se sentir em suas abordagens. O Funcionalismo de Bronislaw Malinowski (1884-1942) e Alfred Radcliffe-Brown (1881-1955), com seu interesse pelas instituições e suas funções, a Escola Cultural Americana ligada a Franz Boas (1858-1949), com seu método comparativo, buscando padrões culturais e modos diferentes de culturas (ethos), o Estruturalismo de Claude Lévi-Strauss (1908-2009), com a busca de regras estruturantes da cultura, fizeram-se presentes. Ao mesmo tempo também, ainda esteve presente uma antropologia física, com suas medições e esquadrinhamentos, e um interesse muito mais evolucionista.

Para Lévi-Strauss, na década de 1970, o termo Etnografia correspondia à pesquisa de campo, o termo Etnologia um passo em direção à síntese e o termo Antropologia correspondia à disciplina maior ou como uma última etapa da síntese (LÉVI-STRAUSS, 1970:377). No entanto, na primeira metade do século XX, a disciplina Antropologia ainda era muito identificada com a Antropologia Física, enquanto que o âmbito cultural estava mais ligado ao termo Etnologia (FAULHABER, 2008:3). No *Handbook*, a distinção entre Antropologia e Etnografia ainda se faz presente. Antropologia também parece ser um termo mais reservado para as questões físicas enquanto as questões culturais são designadas mais pela Etnologia. A distinção entre etnografia e etnologia, por sua vez, não é tão perceptível. Na verdade, ao propor uma descrição dos povos indígenas nos quatro primeiros volumes, o *Handbook* parece estar construindo uma “etnografia”, no sentido proposto do Lévi-Strauss, só que sem a pesquisa etnográfica de campo; como uma descrição de campo, ou apresentando elementos culturais atomisticamente. No quinto volume, aparecem as questões culturais definidas como “etnologia dos índios da América do Sul”. Já no último são sistematizadas questões da antropologia física e da distribuição linguística e cultural.

As pessoas que organizaram o *Handbook* têm ciência de que a maior parte das pesquisas antropológicas sobre a América do Sul estavam sendo feitas com os pressupostos do século XIX e início do XX, ou seja, não eram baseadas em problemas antropológicos e sim em coleta de fatos, dados e curiosidades por conta de cada pesquisador. Ao sistematizar esses dados, portanto, estavam cientes de estarem elaborando um quadro no qual apresentavam pequenos elementos das culturas de alguns povos e que não agradariam a todos.

Era óbvio que a necessidade de apresentar elementos da cultura atomisticamente deve desagradar aqueles que olham principalmente para a função, para o padrão e para a configuração, ou que buscam por caracterização psicológica de povos primitivos. Ficou claro que a ênfase em culturas primitivas não interessaria muito a pessoas preocupadas com indígenas modernos e aculturados. Era evidente que a própria divisão do material submetido foi repleta de pontos controversos. Um partidário da Kulturkreis, ou da escola “histórico cultural”, iria organizar esse material de forma diferente do que um membro da escola histórica americana. Houve diferença previsível de opinião a respeito de se uma base linguística, geográfica, ou qualquer outra deveria ser adotada.

Plenamente consciente da impossibilidade de satisfazer a todos, o editor formulou um plano detalhado que respeitou tanto as circunstâncias permitiram a proposição original de que o Handbook deveria resumir os fatos da etnologia indígena. Ao mesmo tempo, ele pediu para que os problemas modernos fossem mantidos em mente, e que a literatura fosse avaliada de forma a familiarizar aos investigadores valorizando interesses diversos. (Handbook, vol. 1, p. 3)¹⁰

Especialmente para o *Handbook*, Curt Nimuendajú elaborou um mapa com a localização e com a distribuição linguística dos povos indígenas da América do Sul (*figura 2*). No entanto, o mapa não foi publicado na íntegra. A justificativa dada pelo editor diz respeito ao tamanho do mapa e às várias cores utilizadas que inviabilizaram a publicação. Por isso, seriam apresentados apenas recortes (Handbook, vol. 1, p. 8). Entrementes, em seu lugar, outro mapa foi proposto pelo *Handbook* para toda a América do Sul. O mapa apresenta a localização dos povos feita pelo próprio editor, Steward, e a distribuição linguística feita por John Alden Mason (*figura 3*).

O mapa do *Handbook* diferencia-se do mapa de Nimuendajú por propor fronteiras mais rígidas. Enquanto o mapa de Nimuendajú apresenta uma ideia de mobilidade dos povos indígenas, o mapa do *Handbook* está mais alinhado com a noção de fronteiras caras aos Estados-nação. Nesse sentido, o limite territorial de um povo vai somente até o limite territorial de outro. Afora isso, a influência do mapa de Nimuendajú é evidente. Faulhaber

¹⁰ “It was obvious that the necessity of presenting culture elements atomistically must dissatisfy those who look mainly for function, pattern, and configuration, or who seek psychological characterization of primitive peoples. It was clear that emphasis on primitive cultures would not greatly interest persons concerned with modern, acculturated Indians. It was apparent that the very division of subjected matter was fraught with controversial points. An adherent of the kulturkreis, or “culture historical” school, would organize this material differently than a member of the American historical school. There was expectable difference of opinion as to whether a linguistic, geographic, or some other basis should be chosen. Fully aware of the impossibility of satisfying everyone, the editor formulated a detailed plan that adhered as far as circumstances permitted to the original proposition that the Handbook should summarize the facts of aboriginal ethnology. At the same time, he urged that modern problems be kept in mind, and that the literature be appraised in a manner to acquaint research workers with its value to diversified interests”.

(2012, p. 99) também afirma que Steward teria adquirido o mapa de Nimuendajú em 1942 e que o teria entregado para o consulado norte-americano em Belém. Esse mapa ajudou, naquele mesmo ano, o Coordenador de Assuntos Interamericanos (*Coordinator of Inter-American Affairs*), criado em 1940 pelo Conselho Nacional de Defesa (*Council of National Defense*), a elaborar um mapa que ajudasse a explorar a região produtora de borracha, especialmente com os nomes dos povos indígenas e dando destaque aqueles que poderiam ser usados no trabalho de corte das seringueiras.

Além disso, analisando as relações profissionais e pessoais envolvidas na produção do terceiro volume, Faulhaber constata assimetrias entre os antropólogos norte-americanos (os sábios de gabinete – *armchair savants*) detentores do financiamento e seus colegas brasileiros (homens de campo – *traveler-collectors*) considerados como estudiosos de segunda classe. Basicamente ela observa como Nimuendajú (alemão naturalizado brasileiro) foi menosprezado, apesar de ser o pesquisador com maior conhecimento de campo. Ao final, ele foi incorporado, mas na condição de um estudioso local. Outros pesquisadores e pesquisadoras também foram menosprezados por não corresponderem aos interesses e expectativas de uma norteamericanização da antropologia americana (FAULHABER, 2012, p. 86-88, 94, 97, 100, 103, 106).

Nos dois mapas, na área relativa aos Apurinã, podemos destacar a amplitude do território Apurinã, bem como algumas tentativas de etnificação¹¹ através dos etnônimos registrados pelos primeiros viajantes. Nesse sentido, os Yuberí seriam os mesmo Paumarí. Já os Uainamari, dados como extintos (GORDON, 2006, p. 7), podem ser, na verdade, um grupo Apurinã, pois o etnônimo é claramente um substantivo apurinã, a saber, sucuri (*wainamary*). Duas hipóteses parecem plausíveis aqui: uma que os primeiros viajantes teriam registrado o etnônimo que os Apurinã utilizavam para designar outro povo; outra que os primeiros viajantes captaram uma autodenominação de um grupo apurinã. Caso a segunda hipótese seja mais verídica, um grupo Apurinã estaria sendo localizado acima do Rio Iaco. E ela tem tudo para ser, pois a sucuri, assim como a jibóia, exerce grande influência na mitologia e no imaginário apurinã. Nas festas, os Apurinã cantam e dançam uma música da sucuri. Também se diz que os pajés mais poderosos se transformam nessas cobras quando morrem. Além

¹¹ Entendo etnificação aqui como definido por Guillaume Boccarda (2003, p. 90ss), ou seja, como um dos braços do processo de construção de identidade/etnicidade, como um movimento desde fora do grupo. O outro braço seria a etnogênese, como um movimento desde dentro.

disso, nas vigas das casas (*aiku*) antigas, os Apurinã entalhavam uma serpente (*figura 5*) o que remete mais uma vez à simbologia da sucuri.

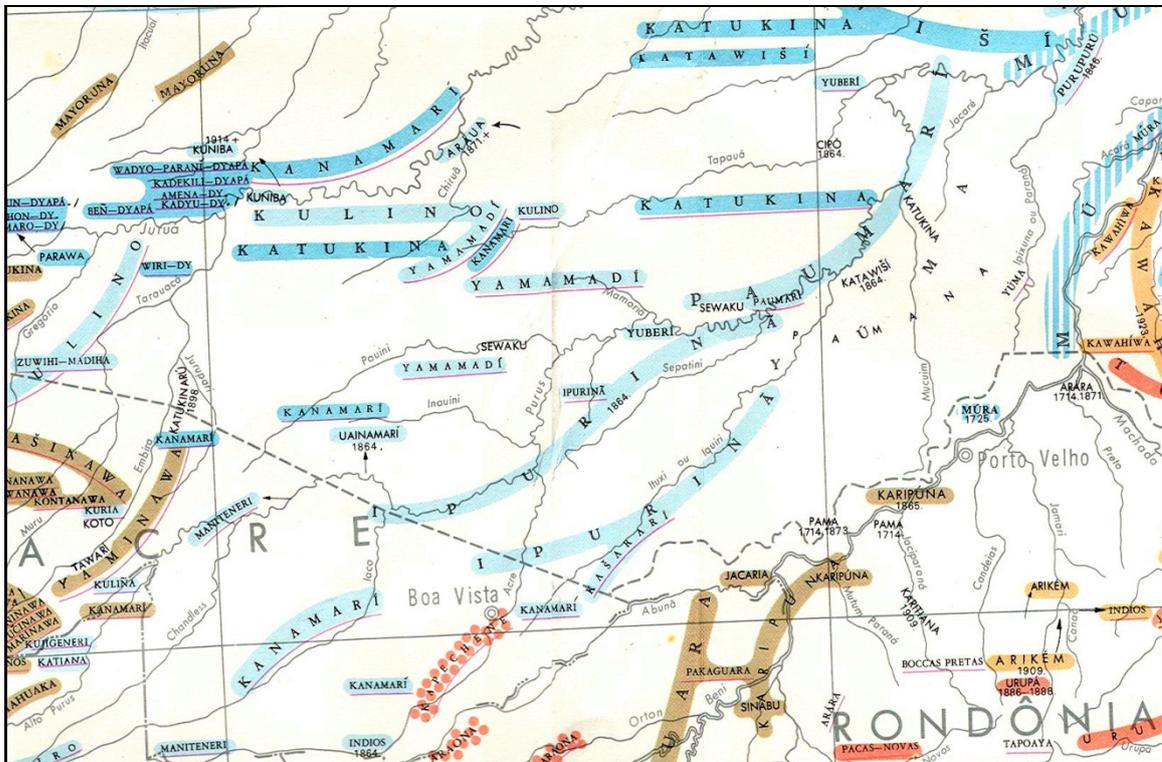


Figura 2: Recorte do Mapa de Curt Nimuendajú.

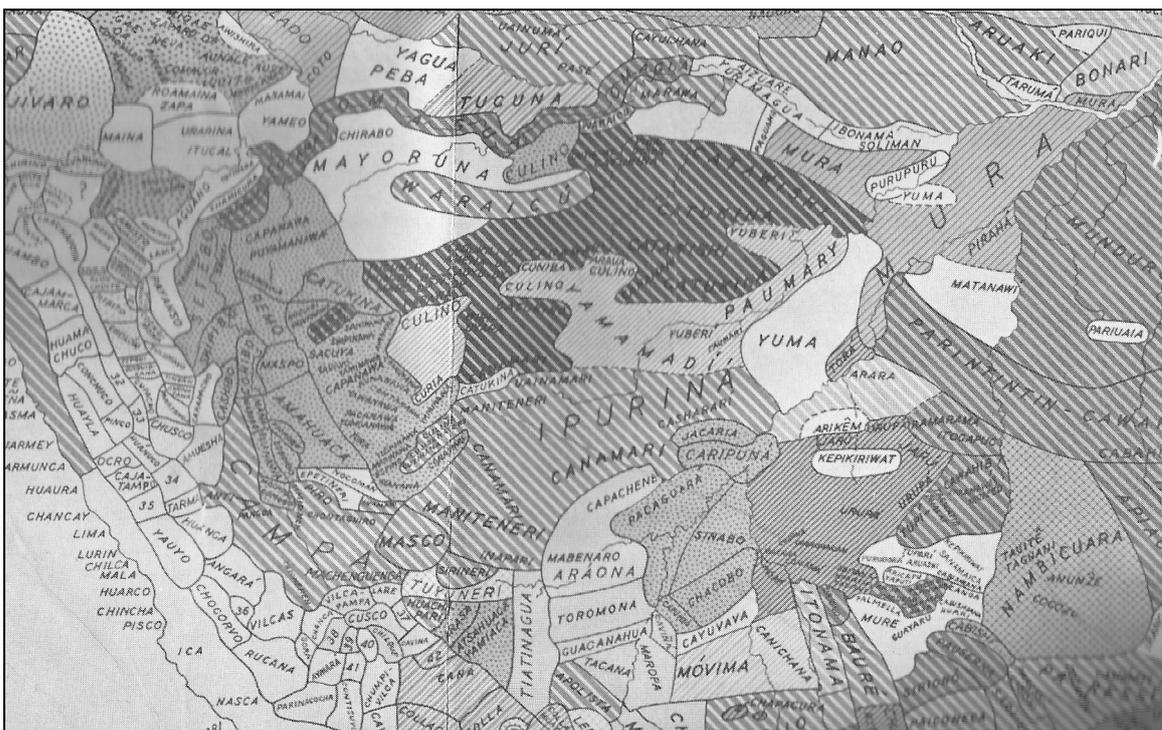


Figura 3: Recorte do Mapa da Distribuição Tribal e Linguística (Handbook, vol. 6, encarte).

Como já foi dito acima, os Apurinã são descritos no volume três, embora aqui e acolá algum aspecto da cultura material e imaterial dos Apurinã tenha sido tomado como exemplo em outros volumes. O autor que trabalhou mais diretamente com os Apurinã foi Alfred Métraux (1902-1963). Aliás, ele é um dos que mais apresentou contribuições para a Handbook. Outro que rivaliza com ele é o próprio editor Julian Steward que também escreve sobre a família linguística Aruak da qual faz parte o povo Apurinã. Alguns artigos são assinados em conjunto. Faulhaber, mais uma vez, ajuda a interpretar o que está por detrás. Analisando cartas e outros documentos gerados no contexto de feitura do Handbook, descobre que Métraux teve o papel de um segundo editor, só que seu nome não consta no livro como editor porque Steward não queria dividir esse mérito com um suíço radicado na Argentina. O relacionamento entre os dois deteriorou-se a ponto de Métraux o considerar como sua experiência mais infortuna (FAULHABER, 2012:93).

Os Apurinã são descritos mais minuciosamente na parte quatro que trata dos povos da Bacia Amazônica Ocidental, mais precisamente no artigo sobre os povos das Bacias do Juruá-Purus. Na década de 1950, Métraux diz que nessa região a população indígena não ultrapassava 10 mil indivíduos. Métraux trabalha a área cultural como pertencente às famílias Pano, Aruak e Katukina. Por razões históricas de contato, os Aruak são divididos em dois capítulos: um relativo à área do Juruá Purus e outro relativa às tribos do Médio e Alto Rio Amazonas. Os contatos com a segunda área são muito mais antigos e incluem os povos Piro, Campa, Chontaquiro, Masco, Sirineri e Tuyuneri. Já na primeira, Métraux descreve os povos do Alto e Médio Juruá e Purus. Os Apurinã são arrolados com outros 16 povos como pertencentes à família linguística Aruak. Os Kaxarari, um grupo atualmente classificado como Pano, são descritos como um subgrupo Apurinã que vivem nas cabeceiras do Rio Curequeté, um afluente do Rio Ituxi, na fronteira com Rondônia. Métraux explicita que alguns desses povos que está descrevendo foram classificados como um subgrupo denominado Arawá¹² por Paul Rivet e Constant Tastevin (1938). Antes disso, Daniel Brinton (1891) já teria classificado as línguas aparentadas ao Arawá como uma família independente. Ehrenreich (1897), no entanto, teria sido o primeiro a sugerir a inclusão dessa família no grupo dos Aruak, postulando uma continuidade genealógica. Sobre a classificação das línguas dos povos do Juruá e do Purus, Métraux afirma que Tastevin e Rivet foram os responsáveis por darem

¹² Fazem parte dessa família os Kulina os Banawá-Yafi, os Deni, os Jarawara, os Kanamanti, os Paumari, os Jamamadi e os Zuruahá (GORDON, 2006, p. 6, 8).

uma ordem. Até então os povos dessas regiões eram “os mais confusos na América”, nas palavras de Métraux (*Handbook*, vol. 3, p. 657s, 660ss).

Assim, é seguindo essa classificação que Métraux apresenta suas conclusões acerca do povo Apurinã. No entanto, no volume seis do *Handbook*, publicado quatro anos mais tarde, John Alden Mason faz uma crítica histórico-linguística mais detalhada e esboça uma classificação distinta, apresentando a família Arawá como um grupo separado, apenas com provável afinidade em relação aos Aruak (*Handbook*, vol. 6, 212, 6s). Dessa forma, mesmo entre os autores do *Handbook*, a classificação linguística dos Aruak e dos Arawá como pertencente a um mesmo tronco Proto-Aruak não foi aceita por todos. Essa também é a constatação a que chega Flávio Gordon, ao fazer uma revisão histórica sobre a continuidade genealógica entre Arawá e Aruak. Afirma o autor: “(...) não foi admitida por muitos autores como Mason (1950 [1948]), Loukotka (1968), Tovar & Tovar (1984) e Rodrigues (1986)”. Esses autores teriam classificado os Arawá como uma família linguística distinta. Assim, Gordon pôde concluir em sua revisão: “todos os estudos recentes sobre as línguas da família Arawá atestam (...) a independência genética da família em relação ao Aruak.” (GORDON, 2006, p. 10, 17). Essa conclusão se baseia em que afinidades na estrutura gramatical seriam insuficientes para considerarem as duas famílias como pertencentes a um tronco comum. Por exemplo, os sufixos *ry* e *ru* das línguas apurinã (Aruak) e *deni* (Arawá) que indicam o objeto direto e o gênero masculino e feminino respectivamente.

Ainda sobre o tronco linguístico Aruak, é preciso frisar que, no Brasil, os estudos linguísticos têm, de um modo geral, dado mais importância para os troncos Tupi e Jê. Essa preferência justifica-se historicamente. Quanto aos Tupi, estes foram os primeiros grupos contactados pelos portugueses, o território que ocupavam coincide, em grande parte, com o atual território do Brasil e suas línguas foram a base sobre a qual surgiram e se implementaram a língua geral paulista e a língua geral amazônica. Já os Jê ocupavam a região central do Brasil e foram identificados como os inimigos tradicionais dos Tupi, ou seja, como Tapuias. Dessa forma, os Aruak têm permanecido, nas pesquisas histórica, à sombra dos Tupi. No entanto, a partir de uma visão macro sobre a América do Sul e a partir de uma visão de fora, Mason destaca no *Handbook* a importância do tronco linguístico Aruak para a América do Sul. Diz o autor:

Aruak é provavelmente a maior e mais importante família linguística na América do Sul, tanto em extensão quanto em número de línguas e dialetos. Estende-se, ou estendeu-se, de Cuba e das Bahamas, talvez até da Flórida, ao Gran Chaco e às nascentes do Xingu, possivelmente até mesmo ao Uruguai (*Chaná*), e a partir da foz do Amazonas até os contrafortes orientais dos

Andes, possivelmente até as terras altas (*Uru*) ou mesmo até o Pacífico (*Chango*). (...) A casa original e ponto de distribuição supõe-se ter sido a região do Orinoco e do Rio Negro nas fronteiras da Guiana, da Venezuela e do Brasil. (Handbook, vol. 6, p. 208)¹³

O *Handbook* não traz o etnônimo Apurinã, mas sim Ipuriná. Outras variações dessa denominação são *Hypurina*, *Hyupurina*, *Jurupina*. Também apresenta as formas *Kangütü*, *Kangite*, *Kangiti*, *Kankiti*, *Kankete* (Handbook, vol. 3, p. 662). Essas variações derivam da palavra *kãnyte* e são tentativas de levar em conta uma autodenominação, pois *kãnyte* significa gente em Apurinã. Portanto, a utilização da forma Apurinã parece ser da segunda metade do século XX. Ipuriná, segundo Ehrenreich (1948 [1891]:109), foi dado pelos Katawixi, seus vizinhos setentrionais. Já a atual autodenominação *Pupÿkary* (pessoas), como um etnônimo para o grupo, parece ser um termo ainda mais recente, provavelmente nas décadas de 1970, 1980 e 1990, quando os Apurinã experimentaram um período de direitos principalmente através da demarcação de suas terras. Hoje esse é o termo com o qual os Apurinã da Amazônia Sul Ocidental brasileira se auto identificam¹⁴. Em conversa com lideranças idosas apurinã, em fevereiro de 2010, soube que esse termo era utilizado para se referir a toda a humanidade ou todas as pessoas. Os outros povos indígenas e também os não indígenas podiam ser referidos como *pupÿkary*. No entanto, agora, principalmente entre os mais jovens, esse termo tem sido reservado apenas como etnônimo do grupo.

Conclusão

Neste artigo, tomei o *Handbook* como fonte histórica produtora de significado. Nessa obra, os editores/financiadores propuseram sistematizar o conhecimento adquirido até então acerca dos povos indígenas na América do Sul e, ao mesmo tempo, produzir novos conhecimentos. No entanto, no trabalho de representação, a obra também tenciona o momento histórico na qual foi escrita, os interesses de uma sociedade e objetivos pessoais. Assim, ao iniciar a análise dos textos, percebi a existência de certa tensão nas palavras do editor Julian

¹³ “Arawak is probably the largest and most important linguistic family in South America, both in extent and in number of component languages and dialects. It extends, or extended, from Cuba and the Bahamas, perhaps even from Florida, to the Gran Chaco and the sources of the Xingú, possibly even to Uruguay (Chaná), and from the mouth of the Amazon to the eastern foothills of the Andes, possibly to the highlands (*Uru*) or even to the Pacific (*Chango*). (...) The original home and point of distribution is supposed to have been the Orinoco and Rio Negro region of the borders of Guiana, Venezuela, and Brazil”.

¹⁴ Na região do Acre, de Boca do Acre e de Pauini, nunca ouvi os Apurinã se auto-referirem como *kãnyte*.

Steward, quando tenta justificar os rumos a que a compilação havia tomado. Também é notável o fato de o *Handbook* ter sido escrito em meio a Segunda Guerra Mundial. Como era possível um país financiar uma sistematização etnológica de tal envergadura em meio à guerra? Era claro que os interesses econômicos e políticos estavam andando de mãos dadas com o conhecimento científico.

Senti-me mais seguro – e nesse sentido me sinto também devedor – quando tomei conhecimento de uma pesquisa que Priscila Faulhaber (2012) realizou a partir da elaboração do terceiro volume. Em conformidade com minhas observações, a autora demonstra, a partir de documentos e cartas produzidas no contexto de elaboração do volume, que o *Handbook* foi produzido com claros interesses econômicos e políticos. Além disso, ela também ajudou a iluminar certas tensões existentes entre os próprios autores presentes no *Handbook* e aqueles e aquelas que ficaram de fora. Demonstrou como interesses pessoais e arrogância intelectual também estiveram presentes na confecção do *Handbook*. Os sul-americanos e/ou europeus que viviam na América do Sul foram considerados como de segunda classe. Seu trabalho foi valorizado enquanto coletores, não enquanto cientistas (os sábios atrás da escrivaninha). A representação que o *Handbook* faz dos povos indígenas da América do Sul surge, portanto, como um elemento secundário; o primeiro elemento é a representação positiva que faz da sociedade e da academia norte-americana num contexto de afirmação imperialista.

Na descrição dos Apurinã, pode ser percebida claramente a dependência das fontes históricas e etnográficas antigas. Não é possível perceber uma pesquisa de campo; ela é excessivamente de gabinete. Assim, o *Handbook* constrói uma imagem idealizada do passado e silencia em relação às profundas transformações que estavam ocorrendo na primeira metade do século XX. Não fala nada sobre a exploração da borracha e as mudanças que o esforço de guerra brasileiro impunha à região com a entrada dos soldados da borracha. Como os Apurinã reagiram a tudo isso? Quais foram suas estratégias? Essas são questões que não foram abordadas.

Termino este artigo perguntando pela relação entre o relatado pelo *Handbook* e o que consta nas fontes. Até que ponto os autores escrevem baseados nas fontes? Até que ponto eles trazem interpretações a partir de seus recortes? Ao descrever os Apurinã, o *Handbook* é mais uma tentativa de cristalizar um passado do que uma contextualização de sua época. Os Apurinã estão ali, mas não é possível perceber sua atuação.

Referências

ACKERKNECHT, Erwin HANDBOOK. 1963[1947]. Medical practices. In: STEWARD, Julian HANDBOOK. (Ed.). *Handbook of South American Indians*. Vol. 5. New York: Cooper Square. p. 621-643.

BOCCARA, Guillaume. Fronteras, mestizaje Handbook etnogénesis en las Américas. In: MANDRINI, Raúl J.; PAZ, Carlos D. (Org.). *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano el los siglos XVIII-XIX: Un estudio comparativo*. Argentina: Tandil, 2003. p. 63-93.

BRINTON, Daniel G. 1891. *The American race*. A linguistic classification and ethnographic description of the native tribes of North and South America. New York.

CHANDLES, William. *Ascent of the river Purús*. *Journal of the Royal Geographical Society*. Londres: Royal Geographical Society, 1866, v.36, p. 86-118.

_____. Notes on the river Aquiry, the principal affluent of the river Purús. *Journal of the Royal Geographical Society*. Londres: Royal Geographical Society, v. 36, p. 119-28, 1866.

COOPER, John M. 1963[1947]. Stimulants and narcotics. In: STEWARD, Julian HANDBOOK. (Ed.). *Handbook of South American Indians*. Vol. 5. New York: Cooper Square. p. 225-558.

FAULHABER, Priscila. 2008. Introdução. In: _____; MONSERRAT, Ruth. *Tastevin e a etnologia indígena: Coletânea de traduções de textos produzidos em Tefé (AM)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio. p. 1-11.

_____. 2012. The production of the Handbook of South American Indians Vol 3 (1936-1948). *Vibrant*. v. 9 n. 1, p. 82-111. Disponível online: <<http://Handbook.vibrant.org.br>>. Acessado em: 13/03/2013.

_____; MONSERRAT, Ruth. 2008. *Tastevin e a etnologia indígena: Coletânea de traduções de textos produzidos em Tefé (AM)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GORDON, Flávio. 2006. *Os Kulina do Sudoeste Amazônico: História e Socialidade*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PPGAS-MN/UFRJ.

HALL, Stuart. 2010. El espectáculo del “Otro”. In: HALL, Stuart. *Sin garantías: Trayectorias Handbook problemáticas en estudios culturales*. Popayán: Universidad Javeriana; Instituto de Estudios Peruanos; Universidad Andina Simón Bolívar; Envió Editores. p. 419-445.

KODAMA, Kaori. 2009. *Os índios no Império do Brasil: A etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Fiocruz, São Paulo: Edusp.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1970. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

LOUKOTKA, Čestmir. 1968. *Classification of South American Indian Languages*. Los Angeles: University of California.

MASON, John Alden. 1963[1948]. The Languages of South American Indians. In: STEWARD, Julian HANDBOOK. (Ed.). *Handbook of South American Indians*. Vol. 6. New York: Cooper Square. p. 157-317.

MÉTRAUX, Alfred. 1963[1947]. Religion and shamanism. In: STEWARD, Julian HANDBOOK. (Ed.). *Handbook of South American Indians*. Vol. 5. New York: Cooper Square. p. 559-599.

_____. 1963[1944]. Tribes of Eastern Bolivia and the Madeira headwaters. In: STEWARD, Julian HANDBOOK. (Ed.). *Handbook of South American Indians*. Vol. 3. New York: Cooper Square. p. 381-454.

_____. 1963[1947]. Tribes of Eastern Bolivia and the Madeira headwaters. In: STEWARD, Julian HANDBOOK. (Ed.). *Handbook of South American Indians*. Vol. 5. New York: Cooper Square. p. 369-374.

NIMUENDAJÚ, Curt. 1981 [1944] *Mapa etno-histórico*. Disponível em: <<http://biblio.etnolinguistica.org>>. Acessado em: 10/11/2012.

RODRIGUES, Aryon Dall' Igna. 1986. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola.

SAID, Edward. 2003[1978]. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. 1996. Representar al colonizado. Los interlocutores de la antropología. In: GONZÁLEZ, Beatriz (Ed). *Cultura Handbook Tercer Mundo 1: Cambios en el saber académico*. Caracas: Nueva Sociedad. p. 23-59.

SCHIEL, Juliana. Tronco Velho: Histórias Apurinã. Tese de doutoramento. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004.

SONTAG, Susan. 2005. *Sobre la fotografia*. Madrid: Alfaguara.

STEWART, Julian HANDBOOK. (Ed.). 1963. *Handbook of South American Indians*. Vol. 1-6. New York: Cooper Square.

TOVAR, Antonio; TOVAR, Consuelo Larrucea de. 1984. *Catálogo de las lenguas de América del Sur*. Madrid: Editorial Gredos.

Recebido em: 25/08/2015
Aprovado em: 29/11/2015